



A DOMINAÇÃO ROMANA SOBRE A JUDEIA

INTRODUÇÃO

Depois do período helenístico e da revolta dos Macabeus, a história do povo judeu entrou em uma nova fase: a dominação romana. Roma, que já vinha expandindo seu poder por todo o Mediterrâneo, passou a intervir de modo cada vez mais direto nas regiões do Oriente.

A Judeia, localizada em uma posição estratégica entre a Síria e o Egito, tornou-se uma região de grande interesse político e militar. Com a chegada dos romanos, a vida judaica passou a ser marcada por uma tensão constante: de um lado, o desejo de manter a fidelidade à Lei, ao Templo e à identidade religiosa de Israel; de outro, a pressão do poder imperial romano, com sua administração, seus tributos, seus governantes e seus símbolos religiosos.

Esse período é fundamental para compreender o contexto histórico do Novo Testamento. Jesus nasceu, viveu, pregou, morreu e ressuscitou sob domínio romano. Também os primeiros cristãos anunciaram o Evangelho dentro das estruturas políticas do Império Romano.

LINHA DO TEMPO

- 64 a.C. - Pompeu conquista Antioquia e organiza a Província da Síria.
- 63 a.C. - Pompeu conquista Jerusalém e coloca a Judeia sob influência romana.
- 40 a.C. - Herodes é nomeado pelo Senado romano como Rei da Judeia.
- 37 a.C. - Herodes conquista Jerusalém e começa seu governo efetivo.
- 20/19 a.C. - Herodes inicia a ampliação de Jerusalém e a reforma do Templo.
- 4 a.C. - Morte de Herodes Magno e divisão do reino entre seus filhos.
 - 4 a.C. a 6 d.C. - Arquelau governa Judeia e Samaria.
 - 4 a.C. a 39 d.C. - Herodes Antipas governa Galileia e Pereia.
 - 4 a.C. a 34 d.C. - Filipe governa territórios ao norte e a leste do Jordão.
- 6 d.C. - A Judeia passa ao controle direto de governadores romanos.
- 26 a 36 d.C. - Governo de Pôncio Pilatos na Judeia.
- 40 d.C. - Crise provocada por Calígula: tentou introduzir sua estátua no Templo.
- 66 d.C. - Início da primeira revolta judaica contra Roma.
- 70 d.C. - Tito conquista Jerusalém e o Segundo Templo é destruído.
- 73/74 d.C. - Fim da resistência judaica em Massada.
- 132 a 135 d.C. - Revolta de Bar Kokhba contra Roma.
- 135 d.C. - Derrota judaica: Jerusalém se torna Aelia Capitolina.
- Século XIX - Nascimento do sionismo moderno.
- 1948 - Proclamação do Estado de Israel.

1. EXPANSÃO DO IMPÉRIO ROMANO

Já no início do século II a.C., Roma crescia como uma grande potência mediterrânea. Após vencer Cartago e consolidar seu domínio no Ocidente, o poder romano voltou-se também para o Oriente.

Roma passou a fundar províncias, firmar alianças, intervir em conflitos locais e controlar regiões estratégicas. Seu objetivo era garantir estabilidade política, segurança militar, cobrança de impostos e domínio sobre as rotas comerciais.

Em 64 a.C., o general Pompeu conquistou Antioquia e organizou a Província da Síria. No ano seguinte, em 63 a.C., conquistou Jerusalém. A partir desse momento, a Judeia entrou definitivamente na esfera de domínio romano.

Embora os romanos nem sempre governassem diretamente todas as regiões, mantinham controle político por meio de reis aliados, governadores, procuradores, legiões e sistemas de tributação. Assim, a Judeia passou a viver sob uma dependência cada vez maior de Roma.

2. POMPEU E A CONQUISTA DE JERUSALÉM

No verão ou outono do ano 63 a.C., Pompeu conquistou Jerusalém. Esse fato marcou profundamente a história judaica.

A conquista romana não foi apenas um acontecimento militar. Ela representou também a perda da autonomia política conquistada no período dos Macabeus e dos Hasmoneus. A Judeia passou a ser governada sob tutela romana.

Pompeu nomeou Hircano II como governante local, mas este deveria governar sob a supervisão de Roma. Desse modo, a autoridade judaica permaneceu apenas de forma limitada. O verdadeiro poder estava nas mãos dos romanos.

A partir desse momento, a política judaica ficou marcada por rivalidades internas, dependência externa e tensão religiosa. Muitos judeus viam Roma como uma potência estrangeira e pagã que interferia na terra prometida por Deus a Israel.

3. HERODES MAGNO, REI DA JUDEIA

Um dos personagens mais importantes desse período foi Herodes Magno, que viveu entre 74 e 4 a.C.

No ano 40 a.C., Herodes foi nomeado pelo Senado romano como “Rei da Judeia”. Em 37 a.C., conquistou Jerusalém e passou a governar efetivamente o país. Seu reinado durou até 4 a.C.

Herodes governava como rei aliado de Roma, isto é, como *rex socius*. Isso significa que possuía certa autonomia interna, mas permanecia politicamente dependente do Império Romano. Sua autoridade vinha, em grande parte, do apoio de Roma.

Do ponto de vista administrativo, Herodes foi um governante muito eficiente. Reconstruiu cidades, ergueu fortalezas, organizou obras públicas e fortaleceu a estrutura política da Judeia. Entre suas construções mais importantes estavam fortalezas, palácios, cidades e obras em Jerusalém.

Contudo, apesar de sua competência política e arquitetônica, Herodes era visto com desconfiança por muitos judeus. Sua origem, sua dependência de Roma, seu estilo de governo violento e suas intervenções na vida religiosa geravam resistência.

4. HERODES E A REFORMA DO TEMPLO

A partir dos anos 20 ou 19 a.C., Herodes iniciou uma grande ampliação de Jerusalém e uma profunda reforma do Templo.

O Segundo Templo havia sido reconstruído após o exílio, entre os anos 520 e 515 a.C. No tempo de Herodes, portanto, já tinha quase quinhentos anos. Além do desgaste natural, o Templo havia sofrido ataques, saques e profanações ao longo da história, especialmente no período de Antíoco IV Epífanes.

Herodes desejava transformar o Templo em uma construção grandiosa, digna de admiração em todo o Oriente. Ao mesmo tempo, pretendia ganhar o apoio dos judeus e agradar ao imperador romano César Augusto.

A obra foi impressionante. A esplanada do Templo foi ampliada, as construções foram embelezadas e o santuário passou a ter uma grandeza extraordinária. Foi esse Templo reformado por Herodes que Jesus conheceu, frequentou e no qual ensinou.

Apesar disso, muitos judeus desconfiavam da reforma. Na mentalidade religiosa judaica, o Templo não era simplesmente um edifício que podia ser modificado conforme a vontade de um rei. O modelo do Templo estava ligado à vontade de Deus, transmitida a

Davi e a Salomão. Por isso, qualquer alteração podia ser vista como uma intervenção perigosa em uma realidade sagrada.

As obras começaram em 19 a.C. e se prolongaram por décadas. Embora a parte principal tenha sido concluída antes do ministério público de Jesus, os trabalhos continuaram até o ano 27 d.C. e outras etapas ainda se prolongaram posteriormente.

5. A MORTE DE HERODES E A DIVISÃO DO REINO

Com a morte de Herodes Magno, em 4 a.C., seu reino foi dividido entre três de seus filhos.

- *Arquelau* recebeu a Judeia e a Samaria, governando de 4 a.C. a 6 d.C.
- *Herodes Antipas* recebeu a Galileia e a Pereia, governando de 4 a.C. a 39 d.C.
- *Filipe* recebeu territórios ao norte e a leste do Jordão, governando de 4 a.C. a 34 d.C.

Essa divisão enfraqueceu a unidade política do antigo reino de Herodes. Nenhum de seus filhos possuía a mesma habilidade militar, diplomática e administrativa do pai. Além disso, as tensões internas aumentaram e a interferência romana tornou-se cada vez mais direta.

A Judeia governada por Arquelau acabou passando ao controle direto de Roma em 6 d.C., devido ao mau governo desse herdeiro. A partir de então, a região passou a ser administrada por prefeitos ou procuradores romanos.

Esse é o contexto em que aparece, mais tarde, Pôncio Pilatos, governador romano da Judeia durante a paixão de Jesus.

6. HERODES ANTIPAS NO CONTEXTO DO NOVO TESTAMENTO

Entre os filhos de Herodes Magno, Herodes Antipas merece atenção especial, porque aparece nos Evangelhos.

Ele governou a Galileia e a Pereia entre 4 a.C. e 39 d.C. Inicialmente residiu em Séforis e depois em Tiberíades, cidade construída às margens do mar da Galileia.

Herodes Antipas é lembrado no Novo Testamento sobretudo por sua relação com João Batista e com Jesus. Foi ele quem mandou prender João Batista, que denunciava sua união irregular com Herodíades, mulher de seu irmão. Mais tarde, João foi morto por ordem de Antipas.

Nos Evangelhos, Herodes Antipas também aparece durante a paixão de Jesus. Pilatos, sabendo que Jesus era galileu, enviou-o a Herodes, que estava em Jerusalém. Herodes esperava ver algum sinal realizado por Jesus, mas Cristo permaneceu em silêncio diante dele.

A figura de Herodes Antipas mostra bem a mistura de política, ambição, moralidade frágil e dependência de Roma que caracterizava grande parte da elite governante judaica daquele tempo.

Em 39 d.C., Herodes Antipas caiu em desgraça diante dos romanos. O imperador Calígula o depôs e o enviou ao exílio em Lugdunum, na Gália, atual Lyon.

7. A JUDEIA SOB GOVERNADORES ROMANOS

Depois da deposição de Arquelau, a Judeia passou a ser governada diretamente por representantes de Roma.

Esses governadores tinham funções administrativas, militares e judiciais. Eram responsáveis pela ordem pública, pela cobrança de tributos e pela repressão de revoltas. Também possuíam autoridade sobre questões de pena capital, o que é importante para compreender o processo de Jesus.

O governador romano mais conhecido é Pôncio Pilatos, que administrou a Judeia entre 26 e 36 d.C. Foi sob sua autoridade que Jesus foi condenado à crucificação.

A presença dos governadores romanos alimentava tensões constantes. Para muitos judeus, pagar tributo a César era sinal de submissão a um poder estrangeiro. Além disso, os símbolos romanos, a presença militar e a corrupção de alguns governantes aumentavam o ressentimento popular.

Nesse ambiente surgiram diferentes respostas judaicas ao domínio romano. Alguns grupos buscavam adaptação, outros defendiam

resistência espiritual, outros esperavam uma intervenção messiânica e outros chegaram à luta armada.

8. TENSÃO RELIGIOSA E POLÍTICA

A dominação romana não era apenas política. Para os judeus, ela tinha também uma dimensão religiosa.

Roma era um império pagão. Seus imperadores eram cercados por honras religiosas, seus exércitos carregavam símbolos considerados idolátricos e suas cidades estavam cheias de templos dedicados a deuses pagãos.

A fé judaica, porém, afirmava a existência de um só Deus e proibia a idolatria. Por isso, qualquer tentativa de introduzir imagens pagãs em Jerusalém ou no Templo era vista como uma profanação.

Essa tensão apareceu de modo grave no ano 40 d.C., quando o imperador Calígula teria tentado colocar uma estátua sua no Templo de Jerusalém, exigindo reverência divina. Os judeus resistiram com firmeza, pois a Lei proibia imagens de divindades no Templo. A crise só não terminou em tragédia porque Calígula morreu em 41 d.C.

Esse episódio mostra como a dominação romana podia ameaçar diretamente a identidade religiosa judaica.

9. PRIMEIRA REVOLTA JUDAICA

A primeira grande revolta judaica contra Roma aconteceu entre 66 e 70 d.C., com resistência final em Massada até 73 ou 74 d.C.

As causas foram várias.

Primeiro, havia o peso da dominação estrangeira. Muitos judeus não aceitavam viver sob o domínio de uma potência pagã.

Segundo, havia o problema dos impostos. A tributação romana era pesada e despertava grande descontentamento.

Terceiro, havia o mau governo de alguns prefeitos e procuradores romanos. Segundo Flávio Josefo, governadores como Lucceio Albino

e Géssio Floro agravaram a situação por meio de abusos, corrupção e violência.

Quarto, havia a crise da aristocracia sacerdotal. Parte das elites judaicas era vista como corrupta e colaboradora dos romanos.

Quinto, havia uma expectativa religiosa intensa. Muitos judeus acreditavam estar vivendo um tempo de tribulação pré-messiânica. Surgiram profetas, movimentos populares e grupos que esperavam a intervenção de Deus contra os opressores.

Esses elementos políticos, sociais e religiosos criaram um ambiente explosivo. A revolta começou em 66 d.C. e rapidamente se transformou em guerra aberta contra Roma.

Jerusalém passou a ser controlada por facções rebeldes judaicas. A situação interna da cidade tornou-se muito difícil, pois os próprios grupos revoltosos disputavam poder entre si. Enquanto isso, Roma organizava uma grande resposta militar.

O exército romano, primeiro sob o comando de Vespasiano e depois de Tito, avançou contra a Judeia. A guerra foi longa e brutal. Muitas cidades foram conquistadas, populações foram mortas ou escravizadas, e a resistência judaica foi sendo progressivamente esmagada.

No ano 70 d.C., Tito cercou Jerusalém com um grande exército. O cerco durou meses e provocou fome, violência interna e destruição. Finalmente, no dia 30 de agosto do ano 70, Jerusalém foi tomada.

O Templo foi incendiado e destruído. Esse acontecimento marcou uma das maiores tragédias da história judaica. A destruição do Segundo Templo foi o evento central da primeira guerra judaico-romana.

O Templo era o coração da vida religiosa judaica. Ali se ofereciam sacrifícios, celebravam-se as grandes festas e se reconhecia a presença de Deus no meio do povo. Sua destruição significou uma crise imensa para Israel.

Com o Templo destruído, o culto sacrificial judaico chegou ao fim. O sacerdócio perdeu sua função central. Jerusalém foi devastada e grande parte da população foi morta, escravizada ou dispersa.

Esse acontecimento teve consequências religiosas profundas. O judaísmo precisou reorganizar sua vida sem o Templo. Nesse contexto, os fariseus e os mestres da Lei passaram a exercer papel cada vez mais importante. O judaísmo rabínico começou a se consolidar como forma de preservar a fé, a Lei e a identidade do povo.

Anualmente, os judeus recordam a destruição do Primeiro e do Segundo Templo no jejum de Tisha B'Av.

Para os cristãos, a destruição do Templo também possui grande significado. Jesus havia anunciado: “Não ficará aqui pedra sobre pedra” (Lc 21,6). Além disso, no Evangelho de João, Cristo se apresenta como o verdadeiro Templo: “Destruí este templo, e em três dias eu o levantarei” (Jo 2,19).

10. A DIÁSPORA JUDAICA

A destruição de Jerusalém e do Templo intensificou a diáspora judaica.

A palavra “diáspora” significa dispersão. Muitos judeus já viviam fora da Palestina antes do ano 70, em comunidades espalhadas pelo Mediterrâneo, especialmente em cidades como Alexandria, Antioquia, Roma e outras regiões do Império. Contudo, após a guerra, a dispersão aumentou de modo dramático.

Muitos judeus foram mortos. Outros foram vendidos como escravos ou deportados. Jerusalém deixou de ser o centro político e cultural do povo.

A partir desse momento, a identidade judaica passou a se apoiar de modo ainda mais forte na Lei, na sinagoga, na oração, no estudo das Escrituras e na memória de Sião.

A esperança de restauração permaneceu viva, mas a experiência histórica do povo judeu tornou-se profundamente marcada pela ausência do Templo e pela dispersão entre as nações.

11. A REVOLTA DE BAR KOKHBA

Entre os anos 132 e 135 d.C., aconteceu uma nova grande rebelião judaica contra Roma. Essa revolta é conhecida como a revolta de Bar Kokhba ou terceira guerra judaica.

Ela ocorreu no tempo do imperador Adriano. Dois fatores foram especialmente importantes para o início do conflito.

O primeiro foi a proibição da circuncisão. Para os judeus, a circuncisão era sinal da Aliança entre Deus e Abraão. Proibi-la significava atacar diretamente a identidade religiosa do povo.

O segundo foi o projeto de reconstruir Jerusalém como uma cidade romana, com culto pagão. Adriano desejava transformar Jerusalém em uma colônia romana e introduzir ali o culto aos deuses do império.

Essas medidas foram vistas pelos judeus como uma profanação insuportável. A revolta foi liderada por Simão Bar Kokhba, que assumiu o título de “príncipe de Israel”. Muitos de seus seguidores o viam como uma figura messiânica, capaz de libertar o povo e restaurar sua independência.

Alguns rabinos apoiaram o movimento. Outros, porém, o rejeitaram e chegaram a chamá-lo de “filho da mentira”, em oposição ao nome Bar Kokhba, que significa “filho da estrela”.

12. A DERROTA DE BAR KOKHBA E AELIA CAPITOLINA

A reação romana à revolta de Bar Kokhba foi extremamente dura.

O exército imperial mobilizou grande força militar para sufocar a rebelião. A guerra terminou em 135 d.C. com uma derrota devastadora para os judeus. Segundo o historiador Cássio Dio, as perdas judaicas foram imensas, chegando a centenas de milhares de mortos.

A Judeia ficou arrasada. Muitas aldeias foram destruídas, campos foram devastados e a população foi drasticamente reduzida.

Depois da derrota, Jerusalém foi transformada definitivamente em uma colônia romana chamada Colonia Aelia Capitolina. O nome fazia

referência ao imperador Adriano, cujo nome familiar era Aelius, e à tríade capitolina: Júpiter, Juno e Minerva.

Na área do antigo Templo, foi instalado o culto pagão. Uma estátua equestre de Adriano foi colocada na região do templo destruído e a cidade foi reorganizada conforme os costumes helenísticos e romanos.

Os judeus foram proibidos de entrar em Jerusalém sob pena de morte. Essa proibição aprofundou ainda mais a ferida espiritual do povo, pois a cidade santa e o lugar do Templo tornaram-se inacessíveis.

13. O FIM DO SONHO DE UM ESTADO INDEPENDENTE

A tragédia da época de Adriano marcou o fim do sonho judaico de restaurar imediatamente um Estado independente.

A esperança messiânica não desapareceu, mas perdeu seu caráter imediato. O povo judeu passou a viver de modo ainda mais intenso da memória, da oração, do estudo da Lei e da esperança de restauração futura.

Sem Templo, sem sacerdócio sacrificial e sem autonomia política, o judaísmo reorganizou-se em torno da Torá, da sinagoga e da tradição rabínica.

A restauração de Sião tornou-se um tema central da oração e da esperança judaica. Séculos mais tarde, essa aspiração seria retomada no sionismo moderno, movimento surgido no século XIX, e encontraria uma realização política na proclamação do Estado de Israel em 1948.

14. A IMPORTÂNCIA DO PERÍODO ROMANO PARA O NOVO TESTAMENTO

A dominação romana é essencial para compreender o Novo Testamento.

Jesus nasceu durante o reinado de Herodes Magno. Sua vida pública aconteceu em uma Palestina dividida entre autoridades locais,

tetrarcas herodianos e governadores romanos. Sua morte ocorreu por crucifixão, pena romana aplicada sob a autoridade de Pôncio Pilatos.

Muitos elementos dos Evangelhos refletem esse contexto:

O censo ordenado por César Augusto.

A presença de Herodes Magno no relato da infância.

A atuação de Herodes Antipas na Galileia.

A cobrança de impostos por publicanos.

A presença de soldados romanos.

A pergunta sobre o tributo a César.

O julgamento de Jesus diante de Pilatos.

A crucifixão como forma romana de execução.

A inscrição colocada na cruz: “Jesus Nazareno, Rei dos Judeus”.

Também os Atos dos Apóstolos e as cartas paulinas mostram a importância do Império Romano para a expansão do cristianismo. As estradas romanas, a língua comum, a estrutura urbana e a cidadania romana de Paulo favoreceram a difusão do Evangelho.

Assim, embora Roma apareça muitas vezes como poder opressor, a Providência divina serviu-se também das estruturas do império para que a mensagem cristã alcançasse muitos povos.

16. A TEOLOGIA CRISTÃ DIANTE DO TEMPLO DESTRUÍDO

Para o cristianismo, a destruição do Templo não é compreendida apenas como um evento político. Ela tem também significado teológico.

No Antigo Testamento, o Templo era o lugar da presença de Deus e do culto sacrificial. No Novo Testamento, essa realidade encontra sua plenitude em Cristo.

Jesus é o verdadeiro Templo, porque nele habita corporalmente a plenitude da divindade. Seu corpo entregue na cruz e ressuscitado ao terceiro dia substituiu definitivamente o antigo santuário.

Também o sacrifício de Cristo supera os sacrifícios antigos. A partir da cruz, não há mais necessidade de sacrifícios repetidos no Templo, pois Cristo ofereceu-se uma vez por todas pela salvação do mundo.

A Igreja, Corpo de Cristo, também é chamada templo de Deus. Cada cristão, pela graça, torna-se morada do Espírito Santo.

Assim, a história do Templo conduz à plenitude em Cristo. As pedras do santuário antigo caíram, mas Deus edificou em seu Filho ressuscitado o Templo definitivo.

CONCLUSÃO

A dominação romana foi um dos períodos mais dramáticos e decisivos da história judaica.

Começou com a intervenção de Pompeu em Jerusalém, em 63 a.C., passou pelo reinado de Herodes Magno, pela divisão de seu reino, pelo governo dos procuradores romanos, pela vida e paixão de Jesus, pela destruição do Templo em 70 d.C. e pela tragédia final da revolta de Bar Kokhba em 135 d.C.

Esse período foi marcado por tensões políticas, religiosas e sociais. Roma representava ordem, poder e administração, mas também dominação estrangeira, impostos, paganismo e violência. Para muitos judeus, a presença romana era uma afronta à soberania de Deus sobre Israel.

A destruição do Templo mudou profundamente a história judaica. Sem o santuário e sem o culto sacrificial, o judaísmo reorganizou-se em torno da Lei, da sinagoga e da tradição rabínica. A esperança messiânica permaneceu viva, mas foi vivida de modo mais paciente e espiritualizado.

Para os cristãos, esse período é o cenário da encarnação, da vida pública, da paixão, morte e ressurreição de Jesus Cristo. No meio da dominação romana, Deus realizou a obra definitiva da salvação.

Os impérios passam, as cidades caem, os templos de pedra podem ser destruídos. Mas Cristo permanece. Ele é o verdadeiro Rei, o verdadeiro Sacerdote e o verdadeiro Templo, presença definitiva de Deus entre os homens.

Prof. Dr. Pe. Marcelo Cervi